



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª reunião da 2ª sessão ordinária, realizada a 29 de abril de 2025

MOÇÃO

Considerando o denominado apagão energético ocorrido no país na passada segunda-feira.

Considerando a falta inaceitável, da responsabilidade do Governo AD/PSD-CDS, de uma informação sobre o ocorrido, de forma integrada, regular de hora a hora, informando as populações, para sua proteção, segurança e serenidade.

Considerando a não existência centralizada, de informação da protecção civil, devido à falta de meios.

Considerando que a falta de meios na protecção civil, já por diversas vezes denunciada, por incumprimento dos privados, coloca a necessidade imperativa de que as mesmas, não devam continuar nas mãos dos privados.

Considerando que se deve realizar um inquérito sobre o apagão, para apuramento da verdade e responsabilizar quem tiver que ser responsabilizado.

Considerando que o governo AD-PSD/CDS de forma inaceitável, fez propaganda eleitoral, de uma situação preocupante a vários níveis, segurança, tranquilidade e proteção das populações.

Considerando que ao longo dos anos, ao arrefio dos interesses nacionais e por conseguinte do nosso concelho, o sector energético foi segmentado em todas as áreas e vendido a retalho.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª reunião da 2ª sessão ordinária, realizada a 29 de abril de 2025

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 29 de abril 2025, delibera:

Manifestar o seu mais profundo descontentamento, pela falta de uma informação, sistemática, regular de hora a hora, para proteção, segurança e tranquilidade das populações.

Repudiar a atitude e comportamento eleitoral do governo AD-PSD/CDS perante tão grave situação.

Em nome dos superiores direitos e interesses nacionais e por conseguinte da população do nosso Concelho, apelar a todos os partidos políticos, grupos parlamentares e órgãos de soberania, a tomada de medidas, no sector protecção civil, assim como no sector energético, no cumprimento da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no artº 9, alínea a) – Tarefas Fundamentais do Estado.

APROVADA POR MAIORIA, COM 17 VOTOS A FAVOR (11 DO PS, 5 DA CDU, 1 DO BE), 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE E 8 VOTOS CONTRA (5 PSD, 2 DO CDS-PP E 1 DA IL).